

Depoimento na segunda

ANDRESSA ANHOLETE

GDF e PM investigam

Assim que soube das supostas denúncias de irregularidades em contratos na PM, o governador José Roberto Arruda determinou que o secretário de Ordem Pública, Social e Corregedoria-Geral, Roberto Eduardo Giffoni, instaurasse procedimento para apurá-las. "Não vamos prejudicar, mas não podemos passar as mãos na cabeça de ninguém", disse Giffoni.

O secretário disse que o corregedor-geral da PM, coronel Francisco Maria, instaurou 15 inquéritos policiais militares (IPM) e três sindicâncias para investigar as denúncias apontadas no relatório do ex-comandante do Centro de Suprimento e Manutenção da PM. Giffoni garante ter lido o documento e afirma que, se ficar comprovado prejuízo ao GDF, os responsáveis serão punidos.

De acordo com Giffoni, a determinação do governador é clara com relação a qualquer servidor que porventura vier a se envolver em desvio público. O secretário afirma que a corregedoria-geral tem dado retorno às investigações feitas. "É um procedimento do GDF durante a atual gestão", diz.

A Assessoria de Comunicação da Polícia Militar, disse que o comandante-geral foi informado das supostas irregularidades no início do mês e encaminhou ofício ao corregedor-geral para instaurar IPM e investigar o caso. O tenente-coronel Joziel de Melo Freitas, chefe da assessoria, afirma que todos os contratos apontados no relatório do ex-comandante do CSM serão investigados. Ele disse que se ficarem comprovadas as denúncias, os responsáveis pela execução dos contratos serão punidos, tanto criminalmente quanto administrativamente. (Colaborou Laécio Alencar).

Luís Augusto Gomes

O comandante-geral da PM, coronel Antônio José de Oliveira Cerqueira, dois oficiais e um subtenente vão prestar depoimento na Promotoria de Justiça Militar do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na segunda-feira. Eles terão de explicar supostas denúncias de irregularidades em cerca de 20 contratos, alguns sem licitação, envolvendo mais de R\$ 35 milhões. O montante foi gasto em manutenção de viaturas e equipamentos de comunicação pelo Centro de Suprimento e Manutenção (CSM), departamento responsável pela manutenção dos veículos da instituição.

As denúncias do suposto desvio de verba pública chegaram ao conhecimento da 3ª Promotoria de Justiça Militar, depois de um relatório feito pelo tenente-coronel Eraldo Marques Viegas, ex-comandante do CSM, e encaminhado ao comandante-geral, Antônio Cerqueira, no último dia 6, apontando as irregularidades. Cerca de 15 PMs estariam envolvidos na execução e fiscalização dos contratos. Seis foram afastados, por determinação do governador José Roberto Arruda, no último dia 20, quando o **Jornal de Brasília** publicou com exclusividade as denúncias.

Assinou sem ler

Em depoimento prestado nas dependências da própria PM, um policial responsável por um contrato de mais de R\$ 3 milhões, destinado à manutenção de camionetes modelo S10 e Santana, afirmou que apesar de ter sido nomeado por portaria publicada no *Diário Oficial do Distrito Federal*, nunca tinha fiscalizado nenhum serviço feito nas viaturas. Segundo ele, apenas assinava as notas fiscais, atestando o que o superior, um capitão, mandava.

"Há indícios de desvio de dinheiro público e o Ministério Público tem o dever e a obrigação de investigar"

MAURO FARIA LIMA,
PROMOTOR DE JUSTIÇA

De acordo com o promotor de Justiça Mauro Faria Lima, do Ministério Público Militar, o relatório feito pelo tenente-coronel Viegas aponta que a nota fiscal nº 35699, referente ao conserto da S10 prefixo 1275, com problema no motor de partida, foram gastos R\$ 13.615,16; na Ordem de Serviço nº 7141/08, para verificar vazamento de óleo e um barulho no diferencial dianteiro, a PM teria pago R\$ 17.341,55. O promotor avalia que existem suspeitas suficientes de que houve superfaturamento nos valores pagos. "Há indícios de desvio de dinheiro público e o MP tem o dever e a obrigação de investigar", disse.

As irregularidades envolvem, também, revisões em 56 viaturas, modelos Mitsubishi L-200 – utilitário cabine dupla e movido a diesel – com um ano de uso, mas que estavam parados por falta de contrato de manutenção.

Além do comandante-geral e de outros três militares, o promotor vai ouvir segunda-feira representantes de uma concessionária de importados, localizada no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA).



■ O PROMOTOR MAURO FARIA LIMA VAI OUVIR O DEPOIMENTO DE CINCO MEMBROS DA PM NA SEGUNDA

CEDOC/RENATO ARAÚJO/12.03.2008



■ COMANDANTE-GERAL DA PM, CORONEL ANTÔNIO CERQUEIRA, ESCLARECERÁ DÚVIDAS SOBRE OS CONTRATOS